

PLANO DE ENSINO					
IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA					
Nome da disciplina	DIREITO À INCLUSÃO SOCIAL NA ERA DIGITAL				
Curso	PPGD – Mestrado em Direito				
Ano / Trimestre		Horas-aula	30	Créditos	2
Dias e Horários					
Professor	Dra. Vivianne Rigoldi lattes - http://lattes.cnpq.br/0993320167105105				
Contato	e-mail – rigoldi@univem.edu.br				
Material de apoio					
EMENTA					
Dignidade humana e inclusão social. Equidade e princípio da diferença; abordagem da amplitude e profundidade da revolução tecnológica. Fundamentos para a proteção dos grupos vulneráveis na era digital. Ações afirmativas. Controle social em face das inclusões estáticas. <i>Policy making</i> . Inclusão e discriminação social na era digital. A era digital e o Estado Democrático de Direito. Novas tecnologias na dupla perspectiva de não-discriminação e inclusão social. Ética e Inteligência Artificial.					
OBJETIVOS					
Gerais	Compreender a efetivação dos direitos fundamentais no cenário do direito à inclusão social dos grupos vulneráveis, a partir de uma reflexão crítica dos conteúdos constitucionais, relacionando-os com o contexto social e institucional brasileiro, sob a óptica inovadora da tecnologia e seus reflexos, proporcionando condições concretas para o desenvolvimento de uma participação profissional pautada pelo caráter social e transformador de atuação na sociedade digital.				
Específicos	1. Ampliar o debate a respeito das questões controversas acerca dos direitos fundamentais, da dignidade humana e suas violações, na sociedade digital; 2. Identificar as diversas expressões da exclusão social dos grupos vulneráveis (minorias e grupos vulneráveis em sentido estrito), a partir da análise das inovações tecnológicas da era digital; 3. Analisar a velocidade, a amplitude e a profundidade da revolução tecnológica, repensando como os países se desenvolvem, como as organizações criam valores e o que significam as novas tecnologias na vida do Estado e do cidadão; 4. Identificar as fases das políticas públicas inclusivas e analisar, em especial, a atividade de <i>policy making</i> ; 5. Estudar as possibilidades de planejamento participativo e efetivo nas atividades governamentais de vertente inclusiva.				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					
1 Fundamentos da dignidade humana na perspectiva de inclusão social dos grupos vulneráveis					
1.1 Grupos vulneráveis em sentido lato: minorias e grupos vulneráveis em sentido estrito					
1.2 A realização material da dignidade humana a partir do reconhecimento da igualdade em suas vertentes formal e material					
1.3 Aspectos da inclusão social na sociedade digital					

2 O princípio da diferença e as contingências que determinam os menos favorecidos na Teoria da Justiça como equidade

- 2.1 O contrato social hipotético e o véu da ignorância
- 2.2 O princípio da diferença resultante de uma concepção igualitária
- 2.3 Identificação dos menos favorecidos na Teoria da Justiça como equidade

3 Argumentação crítica à Teoria da Justiça como equidade

- 3.1 Diretrizes de inclusão social e os direitos fundamentais dos grupos vulneráveis
- 3.2 Grupos vulneráveis e minorias: em defesa dos direitos e em defesa da cultura na era digital
- 3.3 Políticas públicas inclusivas e novas tecnologias
- 3.4 Metodologia de análise das políticas públicas
- 3.5 Análise quantitativa e crítica qualitativa dos resultados: *policy making*

4 A Era Digital e o Estado Democrático de Direito

- 4.1 A comunicação dirigida pelos algoritmos nas mídias sociais, na perspectiva da liberdade e da democracia
- 4.2 Os riscos que a inteligência artificial e outras tecnologias em rápido desenvolvimento representam para o mundo

5 Novas tecnologias na dupla perspectiva de não-discriminação e inclusão social

- 5.1 Como um conjunto de algoritmos de busca podem promover discriminação e preconceito
- 5.2 Inovações da IA incorporadas invisivelmente em sistemas tecnológicos de uso cotidiano e a relativização da expectativa de que possa resolver as crises social, climática e racial do mundo atual

6 Ética e Inteligência Artificial. Inclusão digital e acesso às tecnologias de informação e comunicação (TICs) dos grupos vulneráveis

- 6.1 Abordagem dos três grandes riscos de IA — viés, explicabilidade e privacidade — e o que fazer (e o que não fazer) para mitigá-los.

AVALIAÇÃO

Instrumentos de avaliação	A disciplina manterá avaliação continuada. 1- Em cada aula será oferecida uma atividade de estudo e pesquisa a ser desenvolvida no intervalo entre os encontros presenciais. Material de apoio será disponibilizado por meio do ambiente de EaD, quando necessário. Durante os encontros, haverá a exposição oral discente dos principais aspectos do conteúdo previamente estudado, promovendo as discussões específicas dos temas abordados em cada aula. 2- A participação dos alunos durante os encontros, bem como a assiduidade, será levada em consideração para fins de cômputo da avaliação final da disciplina, além do domínio dos temas tratados, leitura do conteúdo das obras indicadas, apresentações orais bem elaboradas e contribuição para o debate. 3- Ao final da disciplina, no prazo de 30 dias após o último encontro, o aluno deverá encaminhar no e-mail docente (rigoldiprof@gmail.com) artigo científico inédito, com temática afeta ao conteúdo da disciplina (novas tecnologias e/ou direito digital), atento às normas da ABNT, com no mínimo 15 e no máximo 20 laudas.
Critérios para aprovação	No cálculo da nota final será atribuída nota 0 (zero), no item específico e dentro do peso previsto neste plano de ensino, ao aluno que não comparecer às atividades sob sua responsabilidade ou não apresentar os trabalhos na forma e nos prazos estabelecidos.

FONTES	
Básicas	BLACKMAN, Reid. Máquinas éticas: seu Guia Conciso Para uma IA Totalmente Imparcial, Transparente e Respeitosa. Tradução de Rafael Surgek. Rio de Janeiro, Altas Books, 2024. BUCCI, M. P. D. Fundamentos para uma teoria jurídica das políticas públicas. São Paulo: SARAIVA, 2021 CAMPOS, J. R. D.; BUCCI, D.; SALA, J. B. Direitos humanos – proteção e promoção. São Paulo: Saraiva, 2012. COECKELBERGH, Mark. Ética na inteligência artificial. Rio de Janeiro: Editora PUC/RIO, 2024. COMPARATO, F. K. A afirmação histórica dos direitos humanos. 12. Ed. São Paulo: Saraiva, 2018. HAN, Byung-Chul. Infocracia: Digitalização e a crise da democracia Tradução de Gabriel S. Philipson. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2022. HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a Gramática Moral dos Conflitos Sociais. Editora 34, 2009. JR, P. H. S.; OLIVEIRA, M. A. M. D. Direitos humanos – Liberdades Públicas e Cidadania. 4. Ed. São Paulo: Saraiva, 2016 MADRUGA, S. Pessoas com deficiência e direitos humanos. 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2016 MELO, Aline de Jesus. Tecnologias da informação para inclusão digital de deficientes mentais. Novas Edições Acadêmicas, 2016. MELLO, Celso Antônio Bandeira de. O Conteúdo Jurídico do Princípio da Igualdade. São Paulo: Malheiros, 2014. NOBLE, Safiya Umoja. Algoritmos da Opressão: como os mecanismos de busca reforçam o racismo. Tradução de Felipe Damorim. São Paulo: Editora Rua do Sabão, 2021. NUSSBAUM, Martha C. Fronteiras da Justiça. Deficiência, nacionalidade, pertencimento à espécie. São Paulo: Martins Fontes, 2013. O'NEIL, Cathy. Algoritmos de destruição em massa: Como o Big Data aumenta a desigualdade e ameaça a democracia. Tradução de Rafael Abraham. São Paulo: Editora Rua do Sabão, 2021. PEIXOTO, Fabiano Hartmann. Inteligência Artificial: Estudos de Inteligência Artificial. Coleção Direito, Racionalidade e Inteligência Artificial. Vol. 4. Curitiba: Editora Alteridade, 2021. PEIXOTO, Fabiano Hartmann. Inteligência Artificial e Direito: Convergência Ética e Estratégica. Coleção Direito, Racionalidade e Inteligência Artificial. Vol. 5. Curitiba: Editora Alteridade, 2020. RAWLS, John. Uma teoria da justiça. Tradução de Jussara Simões. São Paulo: Martins Fontes, 2008. SANDEL, Michael J. Justiça. O que é fazer a coisa certa. Tradução de Heloísa Matias e Maria Alice Máximo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. SARLET, Ingo Wolfgang. Dignidade (da pessoa) humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988. 15 ed, Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2024. SARMENTO, Daniel. Dignidade da Pessoa Humana: conteúdo, trajetórias e metodologia. Belo Horizonte: Fórum, 2024. SCHWAB, Klaus. A quarta revolução industrial. Tradução de Daniel Moreira Miranda. Bauru: Edipro, 2018. SULEYMAN, Mustafa; BHASKAR, Michael. A próxima onda: Inteligência artificial, poder e o maior dilema do século XXI. Tradução de Alessandra Bonrruquer. Rio de Janeiro: Record, 2023. TEGMARK, Max. Vida 3.0: O ser humano na era da inteligência artificial. Tradução de Petê Rissatti. São Paulo: Benvirá, 2020

Complementares

- ALEX, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. Tradução de Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2024.
- AZEVEDO, Ione Gazola (org). **Inclusão digital do idoso: direito e interdisciplinariedade**. Rio de Janeiro: Editora Brasil Multicultural, 2016.
- BARROSO, Luís Roberto. **A dignidade da pessoa humana no direito constitucional contemporâneo- a construção de um conceito jurídico à luz da jurisprudência mundial**. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2014.
- BOBBIO, Norberto. **Igualdade e liberdade**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Rio de Janeiro: Edouro, 1997.
- BRASIL. Lei n. 13.146 de 6 de julho de 2015. Estabelece a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em <http://www.planalto.gov.br>
- DÍAZ, Ramón L. Soriano. **Los Derechos de las Minorías**. In: Diccionario Crítico de los Derechos Humanos. DÍAZ, Ramon Soriano; CABRERA, Carlos Alarcón; MOLINA, Juan Jesús Mora. Universidad Internacional de Andalucía, 2000, p. 305-315.
- GARGARELLA, Roberto. **As teorias da justiça depois de Rawls. Um breve manual de filosofia política**. São Paulo: Martins Fontes, 2020.
- HONNET, Axel. **Freedom's Right: The Social Foundations of Democratic Life**. Translated by Joseph Ganahl. Cambridge/UK: Polity Press, 2014.
- LEITE, F. P. A.; RIBEIRO, L. L. G.; FILHO, W. M. D. C. **Comentários ao estatuto da pessoa com deficiência**. São Paulo: Saraiva, 2019
- LOVETT, Frank. **Uma teoria da justiça, de John Rawls**. Tradução de Vinicius Figueira. São Paulo: Penso, 2013.
- LUCAS, Javier de. **Solidaridad y derechos humanos**. In: 10 palabras clave sobre Derechos Humanos. Madri: Verbo Divino, 2005, p.149-194.
- LUÑO, Antonio Enrique Pérez. **Derechos Humanos, Estado de Derecho Y Constitucion**. Madri: Editorial Tecnos, 1984.
- MADRUGA, Sidney. **Pessoas com deficiência e direitos humanos- ótica da diferença e ações afirmativas**. São Paulo: Saraiva.
- MENDES, G. F. SÉRIE EDB – **Direitos fundamentais e controle de constitucionalidade** – estudos de direito constitucional. 4. Ed. São Paulo: Saraiva.
- MIRANDA, Jorge. **Teoria do Estado e da Constituição**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2019.
- OEA. Organização dos Estados Americanos. **Convenção Interamericana para Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência**. In: Tratados em Direitos Humanos. Sistema Internacional de Proteção aos Direitos Humanos. Coleção Ministério Público Federal Internacional. Vol.2. Brasília/DF: MPF/PGR, 2015. Disponível em: <http://www.pgr.mpf.mp.br>
- ONU. Organização das Nações Unidas. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. In: **Tratados em Direitos Humanos**. Sistema Internacional de Proteção aos Direitos Humanos. Coleção Ministério Público Federal Internacional. Vol.2. Brasília/DF: MPF/PGR, 2015. Disponível em: <http://www.pgr.mpf.mp.br>
- PISÓN, José Martínez. **Tolerancia y derechos fundamentales em las sociedades multiculturales**. Madri: Tecnos, 2005.

	Conteúdos	Objetivos	Estratégias
1	Apresentação	Apresentação docente e do plano de ensino. Identificação dos alunos.	Presencial: Abordagem preliminar do conteúdo da disciplina, referencial bibliográfico e distribuição inicial de atividades.
	Fundamentos da dignidade humana na perspectiva de inclusão social dos grupos vulneráveis	Abordar os principais aspectos a respeito das especificidades das minorias e dos grupos vulneráveis, analisando as premissas de inclusão social a partir do reconhecimento da igualdade em suas duas vertentes: formal e material.	Extraclasse: leituras dirigidas e elaboração de seminários Leituras recomendadas: SARLET, Ingo Wolfgang. Dignidade (da pessoa) humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988. 15 ed, Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2024. SARMENTO, Daniel. Dignidade da Pessoa Humana: conteúdo, trajetórias e metodologia. Belo Horizonte: Fórum, 2024.
2	O princípio da diferença e as contingências que determinam os menos favorecidos na teoria da justiça como equidade	Partindo da Teoria da Justiça como Equidade, analisar o princípio da diferença em sua concepção igualitária, identificando os menos favorecidos e a posição social dos grupos vulneráveis na referida teoria política da justiça.	Presencial: Apresentação dos resultados das atividades extraclasse e exposição docente
			Extraclasse: leituras dirigidas e elaboração de seminários Leituras recomendadas: RAWLS, John. Uma teoria da justiça. Tradução de Jussara Simões. São Paulo: Martins Fontes, 2008. LOVETT, Frank. Uma teoria da justiça, de John Rawls. Tradução de Vinicius Figueira. São Paulo: Penso, 2013. GARGARELLA, Roberto. As teorias da justiça depois de Rawls. Um breve manual de filosofia política. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
3	Argumentação crítica à teoria da justiça como equidade	Diretrizes de inclusão social e os direitos fundamentais dos grupos vulneráveis. Grupos vulneráveis e minorias: em defesa dos direitos e em defesa da cultura.	Presencial: Apresentação dos seminários
			Extraclasse: Estudo de caso, leituras dirigidas e elaboração de seminários Leituras recomendadas: NUSSBAUM, Martha C. Fronteiras da Justiça. Deficiência, nacionalidade, pertencimento à espécie. São Paulo: Martins Fontes, 2013. BRITO, Jaime Domingues. Minorias e Grupos Vulneráveis: aquilatando as possíveis diferenças para os fins de implementação das políticas públicas. <i>In: Revista do Programa de Mestrado em Ciência Jurídica da Fundinopi</i>. Jacarezinho: Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro, 2009. CARMO, Claudio Marcio. Grupos minoritários, grupos vulneráveis e o problema da (in)tolerância: uma relação linguístico-discursiva e ideológica entre o desrespeito e a manifestação do ódio no contexto brasileiro. <i>In: Revista do Instituto de Estudos Brasileiro</i>. São Paulo: USP, 2016, p.201-223

3.3	Políticas públicas inclusivas	Estudar a metodologia de análise das políticas públicas.	Presencial: apresentação dos resultados das atividades extraclasse e exposição docente
		Refletir a respeito das análises quantitativas e qualitativas dos resultados, em especial a fase de <i>policy making</i> .	Extraclasse: pesquisas dirigidas e elaboração de trabalho em grupo
		Abordar propostas de superação do <i>déficit</i> de representatividade e suas possibilidades na sociedade digital.	Leituras recomendadas: HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a Gramática Moral dos Conflitos Sociais . Editora 34, 2009. BUCCI, M. P. D. Fundamentos para uma teoria jurídica das políticas públicas . São Paulo: SARAIVA, 2021.
4	A Era Digital e o Estado Democrático de Direito	Analisar a velocidade, a amplitude e a profundidade da revolução tecnológica, repensando como os países se desenvolvem, como as organizações criam valores e o que significam as novas tecnologias na vida do Estado e do cidadão.	Presencial: apresentação dos seminários
			Extraclasse: pesquisas dirigidas e elaboração de trabalho em grupo
			Leituras recomendadas: HAN, Byung-Chul. Infocracia: Digitalização e a crise da democracia Tradução de Gabriel S. Philipson. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2022. TEGMARK, Max. Vida 3.0: O ser humano na era da inteligência artificial . Tradução de Petê Rissatti. São Paulo: Benvirá, 2020 SCHWAB, Klaus. A quarta revolução industrial . Tradução de Daniel Moreira Miranda. Bauru: Edipro, 2018. PEIXOTO, Fabiano Hartmann. Inteligência Artificial: Estudos de Inteligência Artificial . Coleção Direito, Racionalidade e Inteligência Artificial. Vol. 4. Curitiba: Editora Alteridade, 2021. SULEYMAN, Mustafa; BHASKAR, Michael. A próxima onda: Inteligência artificial, poder e o maior dilema do século XXI . Tradução de Alessandra Bonruquer. Rio de Janeiro: Record, 2023.
5	Novas tecnologias na dupla perspectiva de não-discriminação e inclusão social	Analisar a formação da Inteligência Artificial a partir dos algoritmos. Como os modelos usados hoje são opacos, não regulamentados e incontestáveis e podem, invariavelmente, reforçar a exclusão pela discriminação.	Presencial: apresentação dos resultados das atividades extraclasse.
			Extraclasse: pesquisas dirigidas e elaboração de trabalho em grupo
			Leituras recomendadas: NOBLE, Safiya Umoja. Algoritmos da Opressão: como os mecanismos de busca reforçam o racismo . Tradução de Felipe Damorim. São Paulo: Editora Rua do Sabão, 2021. O'NEIL, Cathy. Algoritmos de destruição em massa: Como o Big Data aumenta a desigualdade e ameaça a democracia . Tradução de Rafael Abraham. São Paulo: Editora Rua do Sabão, 2021.

6	Ética e Inteligência Artificial	Analisar os problemas colocados pelos mais recentes avanços no campo da Inteligência Artificial (IA). Estudar as implicações éticas do desenvolvimento das inteligências artificiais (IA).	Presencial: apresentação dos resultados das atividades extraclasse.
			Extraclasse: pesquisas dirigidas e elaboração de trabalho em grupo
			Leituras recomendadas: BLACKMAN, Reid. Máquinas éticas: seu Guia Conciso Para uma IA Totalmente Imparcial, Transparente e Respeitosa. Tradução de Rafael Surgek. Rio de Janeiro, Altas Books, 2024. COECKELBERGH, Mark. Ética na inteligência artificial. Rio de Janeiro: Editora PUC/RIO, 2024. PEIXOTO, Fabiano Hartmann. Inteligência Artificial e Direito: Convergência Ética e Estratégica. Coleção Direito, Racionalidade e Inteligência Artificial. Vol. 5. Curitiba: Editora Alteridade, 2020.
	Prazo final para envio do artigo científico como avaliação da disciplina		